

Apresentação do Dossiê Saberes Matemáticos na Escola Primária do Rio Grande do Sul

Elisabete Zardo Búrigo

Este dossiê reúne estudos sobre a Matemática ensinada no curso primário do Rio Grande do Sul, produzidos no diálogo entre pesquisadores da História da Educação Matemática e da História da Educação.

A História da Educação Matemática vem se constituindo como campo de pesquisa, na convergência de diferentes linhas de investigação, a partir dos anos 1990, no Brasil e no âmbito internacional. Contestando as representações de uma disciplina imutável e estática, os estudos na área revelam o caráter dinâmico da educação matemática escolar. A despeito da persistência de algumas tradições, modificam-se os programas, os livros didáticos e seus usos, a natureza das tarefas atribuídas aos alunos, as práticas avaliativas e, sobretudo, o sentido atribuído àquilo que se ensina e aprende na escola. A matemática escolar reconfigura-se ao longo do tempo; o estudo desse processo nos ajuda a compreender como se instalaram e naturalizaram alguns modos de pensar e de praticar o ensino, e nos surpreende quando dá visibilidade a experimentações realizadas no passado que, por diferentes motivos, foram relegadas ao esquecimento.

Os primeiros estudos no campo da História da Educação Matemática enfocaram, sobretudo, o ensino secundário. Era esperado que os educadores matemáticos se dedicassem a essa etapa da escolarização que, de certo modo, corresponde ao que é hoje o seu principal campo de atuação – o ensino médio e os anos finais do ensino fundamental. Esse interesse também foi motivado pelos movimentos de modernização que, em ondas sucessivas, reivindicaram mudanças nos conteúdos e nas abordagens da matemática ensinada nos cursos ginasial e colegial, ambos extintos em 1971 pela Lei nº 5.692, que reformou a educação básica no país.

O ensino secundário, contudo, era reservado a uma minoria da população – em 1960, no Brasil, menos de 12% da população com idade entre 12 e 18 anos estava matriculada nesse nível de ensino. A escolarização oferecida à maioria da população, até os anos 1960, era o curso primário. Embora a escola primária tivesse a preparação ao exame de admissão como uma de suas finalidades, constituiu-se com relativa autonomia em relação à escola secundária, com seu próprio corpo de professores, seus programas, e como espaço de circulação de ideias pedagógicas preocupadas com a educação das crianças ou com as etapas iniciais da escolarização.

Elisabete Zardo Búrigo é Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Matemática, Departamento de Matemática Pura e Aplicada. Endereço para correspondência: Instituto de Matemática e Estatística – Av. Bento Gonçalves, 9500 – Caixa Postal 15.080 – CEP 91509-900 – Porto Alegre – Brasil. E-mail: elisabete.burigo@ufrgs.br

Mais integrada na vida das populações – sobretudo urbanas – e, frequentemente, forjada pela iniciativa dessas populações, a escola primária foi, também, mais diversa. Diferente do ensino secundário, que tinha o Colégio Pedro II como referência obrigatória, até 1961, o ensino primário resistiu à centralização. Se, de um lado, ideias pedagógicas circularam por todo o país, programas e regulamentos foram definidos no âmbito das províncias e, posteriormente, dos Estados. No Rio Grande do Sul, comunidades de imigrantes constituíram suas próprias escolas, para as quais foram produzidos livros didáticos inspirados ou traduzidos de autores alemães.

Estudar a Matemática ensinada na escola primária é uma necessidade para o campo da História da Educação Matemática. De um lado, trata-se de compreender a Matemática ensinada à maioria da população escolarizada até os anos 1960. De outro lado, trata-se de compreender as raízes da matemática do atual Ensino Fundamental, herdeiro do ensino de primeiro grau, constituído na fusão dos antigos cursos primário e ginásial.

O campo da História da Educação já tem uma longa trajetória de estudo da escola primária, com a mobilização de ferramental teórico-metodológico, constituição de inventários de fontes e produções que se constituem em referências obrigatórias para aqueles que pretendem enveredar pelas investigações na temática. É, portanto, no diálogo com a História da Educação que a pesquisa sobre a Matemática do primário pode avançar de modo mais consistente.

Tal é a intenção dos pesquisadores engajados no projeto “A constituição dos saberes matemáticos: a Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970”, iniciado em 2013 com financiamento do CNPq e sob a coordenação de Wagner Rodrigues Valente. O diálogo com a História da Educação tem sido buscado através dos seminários e produções do projeto e das participações nos eventos da área. Em 2014, a equipe do Rio Grande do Sul, em cooperação com o Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática e com o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, coordenado por Maria Stephanou, promoveu o Seminário “Matemática & História da Educação”, que contou com a participação dos pesquisadores franceses Renaud d’Enfert e Marc Moyon.

Este dossiê é expressão de um diálogo em curso. Reúne estudos produzidos pelos pesquisadores do projeto e por convidados, pesquisadores da Educação Matemática e da História da Educação. A produção existente sobre a matemática da escola primária gaúcha é bastante mais ampla. Sem a pretensão de representá-la, o dossiê busca, sim, afirmar a relevância das investigações sobre o tema e a importância de que sejam consideradas na formação dos professores que ensinam Matemática.

Nessa linha, o artigo apresentado por Diogo Franco Rios argumenta sobre a necessidade da preservação dos acervos escolares e da constituição dos *lugares de memória*, dos quais podem se beneficiar diferentes grupos de pesquisadores e a própria comunidade escolar, pela possibilidade de constituição de práticas de reflexão sobre a trajetória da instituição.

Claudemir de Quadros e Vanilde Bisognin apresentam, em seu texto, as prescrições relativas ao ensino da Aritmética na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e nas primeiras décadas da República; nesse contexto situam a publicação do livro “*Ensino de arithmetica: parte theorica*”, de Luiz Schuler, em 1904, e analisam a abordagem da Aritmética ali proposta.

Circe Mary Silva da Silva analisa as abordagens da “regra de três” ou da “regra de ouro” em três livros didáticos produzidos por autores teuto-brasileiros, e compara essas abordagens com as dos livros *Primeira Aritmética* e *Segunda Aritmética* de Souza Lobo. A análise revela a preocupação dos autores teuto-brasileiros em conectar o ensino da Aritmética à vida cotidiana das comunidades de imigrantes e descendentes e a mobilização de uma pedagogia que toma os problemas como ponto de partida para a apresentação de ideias matemáticas.

O artigo de Joseane El Hawat e Natália Gil examina os saberes matemáticos avaliados nos exames finais das aulas públicas de Porto Alegre, entre 1873 e 1919, confrontando atas de exames com os programas vigentes no período. Os documentos revelam a importância atribuída, nos exercícios e nos exames finais, aos saberes matemáticos e, dentre eles, a prioridade atribuída à Aritmética.

Beatriz Daudt Fischer e Maria Cecília Bueno Fischer nos falam de um outro tempo, o do período de circulação dos Boletins do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE) da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul – 1947 a 1966. As autoras analisam as orientações emanadas do CPOE relativas ao ensino e à avaliação das aprendizagens em Matemática, altamente prescritivas e alinhadas com a então emergente psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.